



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE - FACES

CURSO: PSICOLOGIA

CORPO E SUBJETIVIDADE NA PÓS-MODERNIDADE

LUCAS FREDERICO DA SILVA FREIRE BEZERRA

BRASÍLIA
DEZEMBRO/ 2008

LUCAS FREDERICO DA SILVA FREIRE BEZERRA

CORPO E SUBJETIVIDADE NA
PÓS-MODERNIDADE

Monografia apresentada como requisito
para conclusão do curso de Psicologia
do UniCEUB - Centro Universitário de
Brasília. Professor Orientador: Maurício
Neubern

Brasília, Dezembro de 2008.



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE - FACES

CURSO: PSICOLOGIA

Esta monografia foi aprovada pela comissão examinadora composta por:

Prof. Maurício da Silva Neubern, Doutor em Psicologia

Prof. José Bizerril, Doutor em Antropologia Cultural

Prof. Valéria Mori, Mestra em psicologia

A Menção Final obtida foi:

Brasília, Dezembro/2008.

Agradecimento

Neste grande momento de minha vida, tenho o prazer em agradecer a todos que, de alguma forma, contribuíram para a conclusão não somente deste trabalho e do meu curso de psicologia, mas para o grande processo de aprendizado da minha vida. Em especial agradeço:

À todos os professores que dedicaram-se e que fizeram de seus conhecimentos uma ponte para a minha formação como psicólogo e cidadão. Em especial agradeço aos professores: Fernando González Rey, José Eduardo, Renan Nascimento e Sandra Baccara.

Ao meu orientador Maurício Neubern, que amadureceu muitas das minhas idéias para a formulação deste trabalho.

À minha terapeuta Manoela que acolheu e elucidou muito dos meus conflitos e dificuldades.

À Luis Antônio Violin, grande mestre, por não ter medido esforço em meu auxílio.

Às grandes amigas que construí dentro do meu curso e que compartilharam, dia-dia, alegrias, tristezas e esperanças.

À Rosane, sem a qual não seria possível a realização deste trabalho, na medida em que, possuindo o mapa do meu coração, mostrou-me todos os caminhos e atalhos.

E por último e não menos especiais, agradeço ao meu pai, meu paizão, meu exemplo, minha mãe, minha guerreira e minha heroína e ao meu irmão, meu grande amigo, que fazem parte de tudo que eu tenho de mais importante nesta vida.

SUMÁRIO

RESUMO.....	v
INTRODUÇÃO.....	6
1. SUJEITO E SOCIEDADE PÓS-MODERNA.....	11
1.1.A pós-modernidade e suas características.....	11
1.2.A implicação da pós-modernidade no sujeito.....	18
2. A REPRESENTAÇÃO DO CORPO.....	24
2.1.Corpo: forma de se representar no mundo.....	24
2.2.A saúde psíquica diante das tendências dominantes da pós- modernidade.....	31
3. A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE COMO POSSIBILIDADE DE SAÚDE.....	37
CONCLUSÃO.....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48

Resumo

O objetivo deste trabalho consiste em analisar as formas pelas quais o sujeito tem agregado sentido às suas experiências com o corpo, em uma relação que permeia a saúde e o sofrimento psíquico, na atual conjuntura pós-moderna. Nessa conjuntura, observa-se uma mudança no que concerne à dimensão simbólica dos objetos, agora mais estéticos e descartáveis. Essa mudança faz com que a existência humana seja marcada pelo desapego a objetos, lugares, valores, pessoas e ao próprio corpo, agora passível de modelação. O consumo estético, dessa forma, tem-se sido suporte de um sujeito fragmentado, com dificuldade de localização espaço-temporal, que tem seu corpo como artífice para existir em uma sociedade marcada pela imagem e pelo espetáculo da *performance*. Fazer de sua aparência a mais saudável possível torna-se, dentro dos parâmetros contemporâneos, a marca do sucesso da pessoa, pois foi capaz de controlar seu corpo, sua carnalidade, assim como distingue como superior aquele que conseguiu essa marca. Contudo, estas experiências tornam o sujeito superficial, ainda ávido pela valorização de outros aspectos subjetivos. Diante dessa situação, surge grande parte dos sofrimentos psíquicos contemporâneos, em que a necessidade de preencher o vazio de se viver sob este estilo de vida encontra poucos recursos subjetivos para tal fim. O sujeito pós-moderno encontra-se tão imerso dentro do enigma competitivo da imagem, na medida em que tem sua subjetividade formada dentro destes limites de viver, que se torna cego dentro da realidade do aparente, da imagem. O imperativo da cultura do corpo associa-se ao imperativo da sensação, de forma a tornar a sensibilidade contemporânea comprimida dentro dos limites corporais da imagem. Assim, a visão dos sujeitos fica comprometida, dificultando-lhes enxergar seu real sofrimento. O grande mal-estar contemporâneo, portanto, está na incapacidade de o sujeito associar o sofrimento a uma demanda própria, o que os leva à solidão de viver em sociedade, inabilitado para vincular-se íntima e seguramente com o outro. No entanto, existem modos de vida, dentro do selvagem mundo da imagem, capazes de promover a saúde psíquica e configurar formas subjetivas menos atravessadas pela lógica do consumo estético. Assim, os sujeitos conseguem, com mais segurança, expor suas carências, sem a necessidade de mostrar apenas a aparência, proporcionando uma percepção diferente de si e do mundo.

Palavras-chave: pós-modernidade; corpo; subjetividade.

O estudo acerca do valor adquirido do corpo na pós-modernidade e sua contribuição na construção da subjetividade remetem a uma construção social que reflete um fenômeno típico da experiência social da modernidade: o consumo. Como fenômeno típico da cultura pós-industrial, este se configura como sistema de significação que permeia as relações sociais, assim como as produções subjetivas dos sujeitos contemporâneos.

O corpo apresenta sua importância na sociedade contemporânea, à medida que representa uma imagem dentro desta realidade, a do espetáculo. Para vários autores, entre eles Jameson (1996), Baudrillard (1997) e Debord (1996), a cultura pós-moderna é aquela em que se confunde o espetáculo a com realidade, fomentando subjetividades cada vez mais incapazes de fazer tal indiferenciação (Fridman, 1999).

Dessa forma, o corpo como “ferramenta” capaz de articular um sujeito ávido por reconhecimento reflete o vazio do viver contemporaneamente, à medida que se torna de mais valor ter a aparência padronizada que os próprios valores de sujeito. Para Vasconcelos (2004, p. 75), o corpo torna-se “[...] um universo simbólico, tornando-se um fator cultural”.

Este trabalho tem como objetivo analisar as formas pelas quais o sujeito tem agregado sentido às suas experiências com o corpo, em uma relação que permeia a saúde e o sofrimento psíquico, na atual conjuntura pós-moderna. Para isso, busca investigar o cenário pós-moderno, metropolitano, como aquele que, em meio às suas inúmeras contradições, agrega valores, formas de conduta e geração de sentido para a experiência de corpo dos sujeitos contemporâneos.

Para tanto, foi utilizada uma gama de autores que se atreveram a questionar esta realidade e a refletir sobre ela. Entre antropólogos, sociólogos e psicológicos, todos, de alguma forma, deixam transparecer a dificuldade em se estudar o momento atual devido

à condição de ser desprovido de um discurso de consenso geral. Le Breton (2006), Rezende (não publicado), Carreteiro (2002), Vaz (1997), Cavalcanti (2005), Sibila (2004), entre outros, especificamente se empenharam na compreensão do corpo pós-moderno como elemento constituinte dessa sociedade. Para a compreensão da subjetividade, os estudos de González Rey e Guattari mostraram-se importantes para a reflexão sobre a complexidade dessa realidade.

No capítulo 1, o ponto de partida é a discussão acerca da dificuldade em definir a pós-modernidade, à medida que essa definição configura-se, momentaneamente, por dimensões espaço-temporais incertas. Para Harvey (1998), esse é um momento em que ocorre uma mudança com relação ao sentimento dos que vivem nessa realidade. Para Lyotard (1986), não existe separação entre o período moderno e o pós-moderno, pois um faz parte do outro, ou seja, a compreensão do autor é de que a pós-modernidade seja apenas outro estágio da velha ordem. Featherstone (1995) enseja a discussão com a idéia de que, para alguns teóricos, o uso do termo “pós-modernismo” compreenda apenas uma invenção acadêmica.

Como há falta de consenso entre os vários teóricos, procedeu-se a uma análise acerca das características do pensamento moderno, com o intuito de melhor compreender essa conjuntura denominada pós-modernidade.

Falar em modernidade é remeter a um momento em que os ideais iluministas e renascentistas de liberdade, democracia e igualdade de direitos estiveram em pauta e alicerçaram a incipiente burguesia no avanço capitalista pelo mundo, deixando para trás a orientação político-religiosa medieval. A racionalidade utópica, portanto, instalou-se em todas as esferas do agir humano, elegendo-se a esperança de um mundo melhor nas possibilidades econômicas liberais. Contudo, dentro dessa nova forma de viver, em que os avanços tecnocientíficos garantiam uma forma mais confortável de existir para os

sujeitos, presenciou-se o avanço das formas totalitárias de pensamento e, por consequência, a crise da razão.

Sendo herdeira desta crise, a pós-modernidade vem expressar nova forma de representar a realidade, agora desvinculada de limites espaciais e presa ao presente. A globalização e suas novas formas de reprodução da informação acarretaram mudanças políticas, econômicas e sociais, à medida que deram à dinâmica do sujeito a obrigação de satisfazer-se imediatamente, pois, tendo por base a lógica do consumo, tornou tudo muito rápido e fluído. Em meio a toda essa nova forma de vivenciar a realidade, o consumo impera como a grande referência, transformando as mercadorias em grandes marcas sedutoras. Nessa espetacularização do mundo, a imagem transcende o próprio produto e transforma a realidade, segundo Evangelista (2001), em irreal e vazia.

Nesse sentido, o sujeito pós-moderno, dentro dessa lógica efêmera de consumo, constitui-se um grande aventureiro, pronto para escolher o melhor para si e autodeterminar-se em sua relação com o outro. Ser flexível e acelerado, estas são as máximas do sujeito imagem pós-moderno. Contudo, assumindo esse papel, ao mesmo tempo que tem a recompensa por estar na imagem, o sujeito vive uma grande angústia por não ter nada permanente em que se apoiar e por não compartilhar afeto e segurança.

Como forma de existir nessa sociedade “imagética”, o sujeito volta-se para seu corpo e, na sua manipulação, busca existir dentro do espetáculo da sociedade. De acordo com essa perspectiva, o Capítulo 2 traz algumas reflexões acerca do que representa estar em forma e a relação que isso cria com sua própria saúde psíquica.

Na busca de uma encarnação que, dentro da realidade descartável contemporânea, torna-se provisória, o sujeito investe horas semanais em academias e faz uso, ou não, dos mais diversos recursos cirúrgicos para maximizar sua imagem e ser

performático. O corpo imagem, portanto, é a forma pela qual a velocidade e a flexibilidade pós-moderna são acompanhadas pelo sujeito.

Estar na imagem, dessa forma, é ter seu corpo valorizado dentro do exibicionismo social. Pautar-se na superficialidade da aparência, portanto, traz, tanto a quem não corresponde a norma estética, quanto ao sujeito admirado pela sua *performance estética*, a angústia do vazio de se viver só, sem a intimidade de uma relação que proporcione um caminho seguro e alguma estabilidade diante das inúmeras incertezas da realidade. Este é o cenário em que se tornam frequentes os quadros depressivos, os ataques de pânico, as obsessões, entre outras enfermidades que refletem o mal-estar de se viver desamparado.

Este trabalho, que se constitui apenas um recorte da realidade, buscou, no Capítulo 3, entender como a subjetividade pós-moderna articula as possibilidades de saúde ou doença. Nesse sentido, foi importante a compreensão de González Rey (2004) acerca de saúde, como não sendo somente o quadro da ausência de enfermidades, mas como a capacidade do sujeito em ter uma relação diferenciada com a realidade em que está inserido, tornando-se ativo em sua dinâmica e em seus processos de ação.

No entanto, a “subjetividade capitalística” (Guattari, 1996, p. 67, apud González Rey, p. 113), como a forma pela qual o discurso capitalista atinge a capacidade de os sujeitos perceberem essa realidade, transforma-os em meros espectadores de uma grande fantasia. Cegos perante novas possibilidades de atuação, os sujeitos contemporâneos encontram-se alienados nos limites de seu corpo, não enxergando suas reais necessidades, o que compromete sua saúde psíquica.

Dessa forma, a possibilidade de saúde encontra-se no fato de o sujeito se permitir sentir o mal-estar proporcionado pelo espetáculo social, o que o levará a

produções de novos sentidos para o uso do seu corpo e, por consequência, para o seu sofrimento.

CAPÍTULO 1

SUJEITO E SOCIEDADE PÓS-MODERNA

1.1 A pós-modernidade e suas características

Definir a pós-modernidade configura-se tarefa difícil, à medida que é incerta a sua dimensão espaço-temporal como momento posterior ao modelo vigente até então, a modernidade. Segundo Harvey (1998, p. 47), “Os sentimentos modernistas podem ter sido solapados, desconstruídos, superados ou ultrapassados, mas há pouca certeza quanto à coerência ou ao significado dos sistemas de pensamento que possam tê-los substituído”. Essa ambigüidade a que se refere Harvey retrata o sentimento contemporâneo de descontinuidade e efemeridade, em que a novidade é constante em razão da incessante produção de conhecimento pela ciência ou da reprodução de informações pela mídia e da descartabilidade. Isto, de certa forma, dificulta a representação da realidade pós-industrial.

A pós-modernidade é um termo que está em moda e, para alguns teóricos, possui sua elevação em uma invenção acadêmica. Dessa forma, para Feartherstone (1995, p. 17), “Qualquer referência ao termo “pós-modernismo” imediatamente nos expõe ao risco de sermos acusados de perpetuar uma moda intelectual passageira, fútil e sem importância”. Contudo, outros críticos salientam a possibilidade do termo “pós-modernismo” não ser apenas um movimento inventado, mas reflexo e indicador do momento cultural contemporâneo de nossa sociedade, tendo em vista a importância que o conceito adquiriu nos meios de comunicação e a sua aplicação em diversos campos artísticos.

Para Lyotard (1986, p. 209), citado por Feartherstone (1995, p. 20), “Pós-moderno é provavelmente um termo muito ruim, porque transmite a idéia de uma ‘periodização’ histórica. Todavia, ‘periodizar’ ainda é um ideal ‘clássico’ ou ‘moderno’”. Para o autor, o pós-moderno deveria ser considerado como uma parte do moderno.

Sem sombra de dúvidas, falar em pós-modernidade é remeter ao período denominado moderno ou momento da racionalização. Será o prefixo “pós” uma indicação de que abandonamos a razão? Ou apenas nos afastamos desse momento e o superamos? Faz-se necessário percorrer essa conjuntura denominada modernidade, a fim de compreendermos o cenário pós-moderno.

O período moderno remete à transição do antigo para o novo, à ordem tradicional para o progresso racional perpassando pelos ideais iluministas e renascentistas. Exaltavam-se a liberdade, a democracia, a igualdade de direitos e a confiança nas capacidades humanas, ideais que circulavam por várias esferas da realidade, oferecendo uma oportunidade de vida mais digna. Segundo Tavares (2004, p. 126), “[...] o moderno é regido pela racionalidade, apoiado no paradigma estruturalista”. Nesse período, observou-se grande avanço técnico e científico, que proporcionou melhor aproveitamento dos recursos humanos, naturais e materiais, assim como a organização da “máquina” chamada capitalismo. Nesse sentido, Petrini (2005, p. 3), citando Weber (1980) reconheceu, no período moderno, “[...] o processo de racionalização como o fenômeno mais significativo da sociedade moderna, processo que foi absorvendo todas as esferas do agir humano, passando a ter uma particular relevância na estruturação da empresa capitalista e na organização da moderna burocracia estatal”.

A sociedade industrial, situada entre a metade do século XVII e a metade do século XX, instaurou uma nova realidade social apoiada por uma ciência cartesiana de pensamento, em que tudo deveria ser isolado, reduzido e mensurável, traduzindo a ordem, a certeza e a regularidade como os valores a serem perseguidos (Plantamura, não publicado). Em busca dessa estabilidade, o sujeito autônomo, retratado pela incipiente burguesia, deixava para trás a ignorância medieval e esta orientação político-religiosa que afastava e era contrária à razão e à liberdade se lançava à realidade das possibilidades, no futuro dos avanços científicos que caminhavam com o emergente capitalismo. Apreciar o mundo sob novos ângulos, portanto, foi a utopia propagada pela sociedade moderna, em que o ideário de igualdade e liberdade consolidado pelo capitalismo foi reforçado por uma política econômica liberal e pela organização dos Estados nacionais, como forma de consolidar essa nova ordem política e social.

De acordo com esse entendimento, a sociedade moderna acolheu a pluralidade religiosa, cultural e ética, assim como compreendia a racionalidade e a tecnologia paralelamente à liberdade individual. Entretanto, as relações sociais modernas sustentaram condições que contradiziam seus ideais racionais. Petrini comenta sobre essa paradoxalidade, dizendo que a racionalidade deveria não apenas assegurar uma existência mais confortável para os sujeitos, mas “[...] desvendar os males que se escondem nas relações sociais modernamente construídas” (2005, p. 22). Como afirma Giddens (1991, p. 17), citado por Petrini (2005, p. 04), “Na esteira da ascensão do fascismo, do Holocausto, do stalinismo e de outros episódios da história do século XX, podemos ver que a possibilidade de totalitarismo é contida dentro dos parâmetros da modernidade ao invés de ser por eles excluída”. Desse modo, observaram-se a razão e os avanços tecnocientíficos a serviço de

ideologias e práticas militares ditatoriais que inibem e direcionam o sujeito para apenas um único pensamento.

É na modernidade que se iniciam as novas formas de produção e os inovadores meios de transmissão de informação e de consumo que fazem parte do cotidiano atual. O avanço urbano presenciou as exigências do mercado e sua ânsia por poder e lucro invadirem e misturarem a aspiração racional de liberdade e justiça para todos os homens. A ordem racional ficou impregnada de uma filosofia de direitos para o consumo, em um discurso que naturaliza e mistura as exigências elementares do ser humano à moda do momento. Dessa forma, como diz Martins (2008, p. 4), “Ironicamente os movimentos que afastaram o homem da opressão da Igreja o aprisionaram a outras maquinarias”. Sendo herdeira dessa paradoxalidade, a realidade contemporânea sugere a liberdade individualista ao mesmo tempo que padroniza essa autonomia. Portanto, buscam-se a individualidade e o ideal de singularidade na mesma medida do desejo e da exigência de conformidade ao consumo estético de modelos.

A pós-modernidade iniciou uma nova “racionalidade” que se tem expressado pela mudança nas esferas econômica, política e social, que implica a alteração das formas como o sujeito representa o mundo e a si próprio (Evangelista, 2001). O outro é facilmente descartável na mesma medida em que uma informação é sucedida por outra. Com o desenvolvimento tecnológico, hoje, o conhecimento e a transmissão de imagens destroem os limites espaciais do mundo e tornam-se, muitas vezes, o referencial antes ocupado pelo Estado ou mesmo pela família. Para Hegenberg (2000), citado por Silva (não publicado), a referência das tradições e do respeito às normas, na era moderna, parecia sustentar alguma estabilidade às

questões humanas, no entanto, nessa sociedade pós-moderna, valores também são descartáveis, assim como mercadorias de consumo.

Com a crise da modernidade, a esperança alimentada pelo avanço do conhecimento científico em observar no futuro a plenitude da razão e a liberdade foram solapadas. Não podendo, dessa forma, apoiar-se no futuro destituído de credibilidade e muito menos no passado, o acesso à satisfação concentra-se no presente (Petrini, 2005). Para Lipovetsky (2007, p. 36), ocorreu uma “mudança do tempo, fazendo passar da orientação futurista para a ‘vida no presente’ e suas satisfações imediatas”. É no presente, complementa este autor, que o prazer, o conforto e o lazer são alcançados, pois a dinâmica do comércio assim discursa. Petrini (2005, p. 24) afirma: “O mercado passa a ser a fonte de satisfação, nele concentram-se, agora, as esperanças de realização individual”.

Essa situação ocorre à medida que o avanço do modo de produção capitalista se infiltra e permeia todas as esferas da nossa sociedade. Portanto, em meio a uma inovadora política neoliberal, a cultura pós-moderna passa por nova forma de experienciar e organizar a realidade, cultuando os prazeres que o presente tem a oferecer, sem preocupações com o futuro. Dessa forma, para Evangelista (2001, p. 37),

“As mudanças que se processam desde a vida cotidiana, passando pela economia e pela política e culminado na cultura, apontam simultaneamente para a generalização e o aprofundamento da lógica social de produção de mercadorias e de acumulação de capital, com a entrada numa nova fase do capitalismo que provoca e requer uma reestruturação profunda da cotidianidade e da cultura, com evidentes repercussões em todo o processo social”.

Este autor ainda afirma que vivemos em uma realidade que caminha para um “princípio esvaziador”, à medida que os avanços tecnológicos e informacionais culminam em uma nova forma de sentir e representar a realidade, transformando-a em irreal e vazia.

Fridman (1999) diz que essa sensação equivale à desorientação de um esquizofrênico, situação que a indistinção entre o real e a imagem, como consequência do fluxo contínuo de imagens pelas quais somos expostos no nosso cotidiano, geraria uma realidade paralela, desvinculada da história, do tempo e do espaço. Essa transitoriedade é marca desse momento contemporâneo, caracterizado pela globalização.

Dessa forma, “[...] tudo o que existe estaria marcado pela efemeridade, pela fragmentação, pelo descentramento, pela indeterminação, pela descontinuidade, pelo ecletismo das diferenças e pelo caos paradoxal” (EVANGELISTA, 2001, p. 30). É na desconstrução das representações universais ou “metanarrativas” modernas de Lyotard (2002), citado por Petrini (2005), que a pós-modernidade se estabelece. Como consequência, assume-se o pragmatismo como filosofia de vida, reduzindo-se a experiência ao presente (Plantamura, não publicado). Portanto, como afirma Harvey (1994, p. 59), citado por Plantamura (não publicado, p. 4), “Há, no pós-modernismo, pouco esforço aberto para sustentar a continuidade de valores, de crenças ou mesmo descrenças”. O imediatismo vivenciado em nossa realidade transforma a sociedade em reprodutores de informação, propagando imagens e modos de vida, corroborando, dessa forma, com as palavras de Plantamura (não publicado, p. 4) citando Harvey (1994), de que há “(...) a aceitação total e ilimitada do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico”.

A narrativa pós-moderna caracteriza-se pela busca constante em moldar seus membros para o consumo, fazendo dessa atividade um critério de aceitação social e de realização pessoal (Tavares, 2004). O mercado tudo transforma em mercadoria de consumo, em um discurso midiático que faz da imagem do outro um espelho a ser perseguido. Essa cultura visual é propagada cada vez mais em todos

os lugares de circulação de pessoas e de potenciais consumidores, associando às imagens dos produtos um sentido de “valor de uso”, que, para Haug (1987, pp.133-134) citado por Bragaglia (não publicado, p. 1), refere-se aos “[...] pensamentos, sensações e associações vinculadas à mercadoria”, diferentemente do “valor de uso imediato” ou valor original da matéria. Para esse processo, Max (1987, p. 81), citado por Bragaglia (não publicado, p. 1), denomina de “fetiche da mercadoria”, ou as grandes marcas industriais.

Nesse novo contexto sociocultural, as marcas têm o papel de fundamentar a associação de determinada imagem a uma mercadoria ou serviço específico, diferenciando-os dentro do mercado. Segundo Tavares (2004), nessa perspectiva, impele sobre as marcas um papel de “sujeito” no imaginário dos consumidores, marcando-os como objetos de uma produção capitalista. No sentido atribuído em Guattari (1981), citado por Tavares (2004, p. 135), “(...) a marca atomiza o imaginário do consumidor oferecendo todas as extensões possíveis que ela pode explorar”. Como forma alienante de atuar, as marcas corroboram para a reificação dos sujeitos, à medida que fornece aos objetos vontades próprias e autonomia diante do seu produtor (Evangelista, 2001).

Obter o produto da moda ou moldar-se para se adequar ao padrão transforma os sujeitos em consumidores de representações e significados, que muito perspicazmente são divulgados pela mídia e publicidade como objetos de desejo, pois criam a falta e, ao consumi-los, transformamo-nos em espelhos que refletem o outro.

Lipovetsky (2007, pp. 29-30) também discorre sobre o poder das marcas, agregando a estas a transformação do “[...] cliente tradicional em consumidor moderno, em consumidor de marcas a ser educado e seduzido especialmente pela

publicidade”. Dessa forma, de consumidores de produtos, o sujeito pós-moderno passou a consumidor de sensações. O consumo tornou-se um modo de vida e, imprescindível para seu “reinado”, a mídia e a publicidade globalizam e produzem necessidades, fazendo da realidade um espetáculo. Para Jameson (1996), citado por Fridman (1999, p. 5), o “capitalismo da mídia [...] enseja vidas dedicadas ao consumo e desejos suscitados e inculcados pelos meios de comunicação de massa”.

É nesse contexto que a sociedade imagética consome o espetáculo. Para Debord (1997), citado por Ortega (2005, p. 238), “A espetacularização da sociedade transforma a realidade em imagem e a imagem em realidade”. Nessa paradoxalidade, os sujeitos são constantemente iludidos pelo poder da mídia. Representante do sistema capitalista, a propaganda cria para cada nova mercadoria a ser vendida um verdadeiro *show* e desloca-nos para a posição de espectadores, em um processo que nos tira a condição de sujeitos da própria vida.

É paradoxal, portanto, pensar que a pós-modernidade emergiu da desconstrução dos limites modernos, fazendo da instabilidade uma referência, uma vez que se presencia o poder das construções midiáticas, que são consumidas e produzem desautonomia e unidimensionalidade de pensamento que corroboram com o totalitarismo moderno de linguagem.

1.2 A implicação da pós-modernidade no sujeito

Tendo em vista as considerações acerca da pós-modernidade, faz-se necessário compreender sua repercussão na condição psicossocial dos sujeitos.

Refletir sobre a condição pós-moderna é considerar uma nova cultura de consumo, que possui sua vertente na expansão capitalista de produção de mercadorias, assim como também, de acordo com Lipovetsky (2007), em uma construção social de consumidores que, “doutrinados” por empreendedores,

reproduzem uma nova filosofia comercial. Da mesma forma, Feartherstone (1995, p.7) complementa:

“Assim, se quisermos entender a produção e a interpretação sociais da experiência da pós-modernidade, é preciso reservar um lugar para o papel dos empresários e intermediários culturais que têm o interesse em criar pedagogias pós-modernas para educar públicos”.

Entende-se por estas pedagogias o discurso, muitas vezes subliminar, de que o sujeito está imerso no mundo de possibilidades, portanto, livre para escolher o melhor para si para uma vida independente, ou seja, é estimulada a lógica capitalista do gozar o agora, desfrutando todas as satisfações do mercado. Nesse sentido, Petrini (2005, p. 24), citando Lipovetsky (1989, p. 176), enseja a discussão, afirmando ser:

“Esta capacidade de realizar-se através do consumo e da moda, de gozar imediatamente a existência, de cultivar uma mentalidade desentrevada e fluida, pronta para a aventura do novo, ‘estimula cada um a tornar-se mais senhor e possuidor de sua própria vida, a autodeterminar-se em suas relações com os outros, a viver mais para si próprio’”.

Dessa forma, instaura-se uma forma individualista e hedonista de conduta, em que os sujeitos são responsabilizados pelos seus prazeres e desprazeres, assim como seus sucessos e fracassos. As relações sociais contemporâneas não mais se apresentam como espaço de compartilhamento, mas de individualismos, de obter o prazer desejado não importando o outro. Agrega-se ao próximo um caráter de objeto, de mercadoria, que, assim como na ótica mercantil, deve ser consumido, usufruído sem limites e depois descartado para que outra opção surja.

Para Bauman (2001, pp. 39-40) citado por Bragaglia (não publicado, p. 4), “a apresentação dos membros como indivíduos é a marca registrada da sociedade moderna”. Esta individualização a que se refere Bauman indica “a corrosão e a lenta desintegração da cidadania”.

Isso porque ser um cidadão refere-se a valores, como comprometimento, cooperação, rigor, disciplina e sacrifício, mas, com a institucionalização do efêmero, para Petrini (2005), estes valores configuram-se como enquadramentos, como formas de conduta que visam ao equilíbrio e à estabilidade, não se adaptando, assim, a esse contexto de constantes mudanças da pós-modernidade.

Além disso, para Fensterseifer e Werlang (2006) citados por Silva (não publicado), na sociedade contemporânea, as relações encontram-se competitivas e superficiais, em que o próximo funciona como ponte para a própria satisfação. Nesse contexto narcísico, a sensação é de viver na solidão.

No entanto, os sujeitos necessitam afiliar-se e compartilhar experiências, necessitam da confirmação do outro para sentir o sofrimento ou alegria em viver. Essas relações, sendo pautadas na lógica do consumo, para González Rey (2007), corroboram para a alienação dos sujeitos diante suas relações e vínculos, em um processo de despersonalização.

A permeabilidade das fronteiras de contato do sujeito pós-moderno, dessa forma, indica a pouca estabilidade dos laços com o outro e com a sociedade. A ânsia de usufruir do próximo muito se assemelha à necessidade infantil de sanar seus desejos, contudo não é permitida a constância e a firmeza de uma relação, pois é sempre esperado o novo. Dessa forma, é no consumo que o sujeito se refugia e, entre as suas várias formas, o consumo de modelos estéticos propagados pela mídia no culto ao próprio corpo se estabelece como maneira de harmonizar-se e de compactuar a qualidade de vida, ao menos, coerente com o exigido socialmente.

Nessa condição narcísica, existe a dificuldade em separar e distinguir o limite do sujeito e o do mundo ao redor. O que, na cultura pós-moderna da imagem, faz que este sujeito não mais distinga a fantasia da realidade. Neste mal-estar

moderno, surgem as inseguranças, as angústias e as incertezas relacionadas ao descontentamento de não se poder apoiar em referências que garantam a estabilidade de se fixar a algo constante (Evangelista, 2001).

Presencia-se um momento em que não se possui mais um norte a seguir. Referências familiares ou até mesmo de grandes líderes vêm-se esvaindo com o passar do tempo, assim como tradições e hábitos. Diferentemente de épocas passadas, para Silva (não publicado), os relacionamentos apresentavam maior estabilidade, e regras e costumes apontavam um caminho a seguir, apesar de as pessoas não deixarem de sentir angústias, temores e solidão. Para Petrini (2005), o vínculo familiar alterado pelo rompimento do entrelaçamento de amor, sexualidade e fecundidade faz com que a referência antes proporcionada por esta instituição agora ganhe espaço na dinâmica do mercado.

Por meio do consumo, assume-se a instabilidade do mercado, que se reflete na falta de parâmetros e na incerteza de qual caminho adotar. Os sujeitos representam-se na efemeridade do mercado, na transição da moda. Isso suscita a angústia e o vazio de não pertencer a nada, situação em que o consumir funciona como o referencial momentâneo, um “remédio” para aliviar as responsabilidades dos seus atos e um exemplo a ser imitado. Nossas relações sociais são tão substituíveis e descartáveis quanto os astros e as estrelas produzidas pela publicidade: possuem seu espaço e importância até o surgimento de outro.

Bragaglia (não publicado, p. 5) considera a sensação de vazio como aquela marcada: “[...] por um sentimento de desamparo, de ausência de identidade, ao deparar-se com diversificados caminhos para a construção de sua subjetividade, o que dificulta sua decisão e aumenta o receio de escolha errada”. Para esse mesmo autor, o consumo funciona como saída para amenizar esse desamparo, pois,

aderindo-se a marcas e a estruturas de pensamento associadas a produtos, o sujeito representar-se-ia como realmente é ou desejaria ser.

Produtoras de desejos, fantasias e soluções para os problemas dos sujeitos, os recursos tecnovisuais criam, paradoxalmente, um estado de insatisfação constante, em que é permitido e necessário mudar e estar-se adequando sempre. Bauman (1998, p. 155) apresenta a dificuldade contemporânea como a de:

“(...) se manter fiel a qualquer identidade por muito tempo, da virtual impossibilidade de achar uma forma de expressão que tenha boa probabilidade de reconhecimento vitalício, e a resultante necessidade de não adotar nenhuma identidade com excessiva firmeza, a fim de poder abandoná-la de uma hora para outra, se preciso”.

Daí a necessidade de comportar-se hedonicamente, de lançar-se ao prazer imediato do consumo, pois, neste “supermercado de modelos” voláteis, o sujeito almeja sanar seu desamparo de ser aceito aos olhos do outro.

Nessa metamorfose a que se sujeitam os indivíduos, desorientada e desalojada do espaço, do tempo, de tradições e de histórias (Hall, 2002, apud Bragaglia, não publicado), a globalização e o acesso irrestrito a uma imensa diversidade cultural contribuem para o surgimento do sujeito fragmentado como aquele que “[...] possui características diversificadas e mutantes, resultando até mesmo num conjunto de manifestações sem coerência entre si” (Bragaglia, não publicado, p.5). Resultado dessa “transterritorialização”, o sujeito pós-moderno tem sua fragmentação “estruturada” quando, por exemplo, tem sua mente invadida por um massacre de imagens que, ilimitadamente, aliena-o em sua passividade de telespectador de produções midiáticas. A estetização da realidade, portanto, é a marca da pós-modernidade (Fridman, 1999).

Enquadrar-se nesse realidade estética em que a realidade é assumida com base em imagens ilusórias, configura-se uma das formas de o sujeito se sentir

menos desamparado e vazio. Responsável por sua imagem, esse sujeito, como uma mercadoria que necessita diferenciar-se, lança-se nas possibilidades que seu corpo pode oferecer. Em uma construção e desconstrução sem precedentes, a aparência física adquire caráter de objeto de molde. Amparado pelo acesso ilimitado ao conhecimento, a incorporação e o uso da informação como forma de melhoria da *performance* tornam-se a possibilidade de acompanhar o mutante padrão estético e a forma de maximizar sua qualidade de vida.

Portanto, de acordo com Rezende (não publicado), é nesse contexto de fluidez que o corpo digital ganha forma, pois a fantasia de manipulação de realidade, do controle do corpo e do domínio sobre si está no imaginário social.

CAPÍTULO 2

A REPRESENTAÇÃO DO CORPO

2.1 Corpo: forma de se representar no mundo

A pós-modernidade e sua legitimação do provisório, como retratada anteriormente, impelem sobre o sujeito a impossibilidade em estar estático e ausente de “atualizações”, pois, como produto mercantil, ele apóia sua existência na novidade que pode oferecer. Desenvolvem-se, diariamente, novas tecnologias para tornar o novo em arcaico, o atual em algo ineficaz e, sendo a corporeidade humana invadida pela lógica consumista, é plausível o esforço em tornar o próprio corpo um espelho refletor dos modelos estéticos que representam energia, saúde e sucesso.

Nesse sentido, Couto (2000, pp. 252-255), citado por Novaes (2005, p. 140), afirma: “O fim [...] é para o corpo que não muda, o corpo que não se atualiza. O que insiste em permanecer igual torna-se obsoleto”. Portanto, enquadrar-se no ritmo contemporâneo requer dos sujeitos a criatividade de ser flexível e acelerado como a mobilidade de uma imagem.

De fato, no contato com o mundo, o corpo oferece uma estética, uma imagem que deve diferenciar-se dentro do espetáculo da realidade. Nesta era audiovisual, em meio a referências dispersas e a relações ausentes de afetividade, estar na imagem garante aos sujeitos a proximidade do outro por meio do olhar. Exemplos desse significado é o sucesso do *site* YouTube ou a crescente veiculação de *realities shows*.

No entanto, possuir a imagem atrativa é estar condescendente com toda filosofia da boa forma, com seus comportamentos e com práticas que possuem como

propósitos o corpo perfeito, livre de imperfeições. Essa fixação pelo hábito de cuidar do próprio corpo, para Rezende (não publicado), caracteriza-se como uma verdadeira idolatria às formas corporais, o que a autora considera como corpolatria.

Estar “apto” a espetacularizar o próprio corpo é compartilhar a corpolatria, ou seja, possuir uma conduta com o foco no contínuo aprimoramento da imagem corporal. Exibir-se e criar impressões: este corpo imagem deve, portanto, camuflar suas fraquezas e oferecer *performance*, nem que para isso seja necessário recorrer a cirurgias, dietas radicais e práticas excessivas de atividades físicas.

Formadora de conceitos, a indústria da beleza, para Rezende (não publicado, p. 5), “[...] aponta para a necessidade de se ‘estar em paz com o corpo’, de ‘cuidar de si’, mostrando que o problema, quando existe, não é tanto em relação à saúde, mas à aparência da saúde, isto é, à aparência física, sua inadequação aos padrões estéticos considerados válidos nas sociedades contemporâneas”. Dessa forma, gordura e flacidez devem ser prontamente combatidas, pois revelam os riscos de uma saúde deficitária, com grande probabilidade à degradação, o que contraria o ideal de juventude amplamente divulgado.

Todo esse discurso configura-se como nova moralidade, na qual se padroniza o esteticamente bonito e coloca a “boa forma” como “compromisso irresistível”. Estar em forma remete à ocidentalização dos modelos estéticos, em que ser magra, alta, clara e com os cabelos lisos é um ideal de modelo a ser seguido e acentua a individualidade, pois responsabiliza o indivíduo por sua aparência, colocando-o em posição de autogestor de seu corpo (Rezende, não publicado).

A adoção de novos princípios morais convenciona regras práticas de exposição corporal, colocando a boa forma como norma, com a qual, portanto, implicitamente, estão acordados os sujeitos. Sendo assim, o hábito de calcular e

administrar os riscos de determinadas escolhas, como comer ou não determinado alimento, sustenta o discurso de que a inadequação corporal advém da negligência daqueles que infringiram o contrato de conveniência, o que os coloca em posição inferior aos que são capazes de reger uma aparência de sucesso.

Nesse contexto, segundo Sibila (2004), da mesma forma que os fumantes são estigmatizados por não conseguirem cuidar da própria saúde, o obeso é desprezado por ser incapaz de administrar sua imagem e é taxado de fraco ou descuidado. Para Le Breton (2006, p. 75), a aparência intolerável “coloca em dúvida um momento peculiar de identidade chamando a atenção para a fragilidade da condição humana, a precariedade inerente à vida”. Além disso, para o autor, distanciar-se do modelo esteticamente certificado é oferecer um espelho não familiar ao outro, o que causa negação e estranheza pela falta de identificação.

Identificar-se, portanto, com o referencial estético do momento traz ao sujeito contemporâneo a sensação estar no mundo, de ser fazer existir na volatilidade e descartibilidade da realidade. Apegar-se aos discursos, às imagens e às informações propagadas pela mídia é, dessa forma, tentar estabelecer, momentaneamente, uma identidade.

A essa incessante produção de informação, Fridman (1999, pp. 3-4) chama de sociedade do conhecimento, a “disseminação do conhecimento a todos os planos da vida social e a filtragem de informação relevante nas rotinas e no cotidiano”. Sempre endossados por depoimentos de especialistas ou celebridades, textos, propagandas televisivas ou de rádio asseguram a credibilidade das informações e transformam as experiências destes em algo extremamente sedutor.

Dessa forma, Vaz (1997) considera ser a informação uma forma de poder que, constantemente, alerta sobre os riscos e perigos de determinadas ações, em um

discurso que incita a prudência e o comedimento, tendo como pano de fundo o próprio interesse do sujeito. Para Foucault (1979, p. 80), citado por Cavalcanti (2005, p. 55), “(...) o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo”. Dessa forma, esse autor questiona o discurso de liberação da sexualidade, pelo qual, se é possível gozar e desfrutar os prazeres carnavais, contudo, é necessário estar em dia com o padrão estético.

Conduzidas pelo mercado, o conhecimento tecnocientífico é consumido ferozmente por consumidores que buscam a qualidade de vida que irá sanar a angústia de estar sempre obsoleto. Dessa forma, a maioria das necessidades humanas, muitas delas inventadas pela indústria da moda, são compradas, à medida que sempre existe uma fórmula, um exercício, uma dieta ou um remédio para alcançar. Até mesmo a venda e a apropriação de órgãos têm-se tornado um negócio, uma vez que o corpo não é mais visto em sua totalidade, pois se encontra fragmentado.

Vaz (1997, p. 9) afirma:

“Se o capitalismo industrial erigiu o corpo como fonte de energia, o capitalismo da superprodução o requer como corpo que consome e que é capaz de ser objeto de consumo. Não se trata apenas da imagem bela e jovem que pode ser vendida porque vende; trata-se ainda daquilo que as novas tecnologias tornaram possível: venda ou aluguel de órgãos”.

A fragmentação do corpo em partes isoláveis é, portanto, uma realidade contemporânea que posiciona os sujeitos como próprios consumidores de si. Para Le Breton (2001), citado por Novaes (2005, p. 134), “o corpo tornou-se a prótese de um sujeito, eternamente à procura de uma encarnação provisória, à procura de uma estética própria. Um sujeito que, a partir da representação do outro, inventa sua própria aparência”. Entretanto, este outro, esta imagem é amparada por todos os

artifícios tecnológicos mais recentes, o que faz da procura deste sujeito uma tarefa árdua e vazia, pois nem em sua totalidade corporal ele pode se amparar.

Rotinas de autocontrole e prudência, dessa forma, prometem a boa gestão do corpo em uma realidade em que “todos somos portadores de virtualidades de adoecimento e morte prematura” (Vaz, 1997, p.8), como a engenharia genética nos confirma. Sendo assim,

“Hoje, o corpo é simultaneamente capital e dívida. Capital porque imagem sedutora a ser oferecida aos outros [...] e dívida pela herança genética e pelos hábitos. Hoje, só aceitamos sacrifícios, só abdicamos do prazer momentâneo, quando temos em vista nossa imagem futura ou os riscos que as ações implicam”. (Vaz, 1997, p. 9)

Na tentativa de quitar essa dívida e obter êxito diante do mercado visual, muitos sujeitos investem horas semanais em academias, com o uso ou não de substâncias anabólicas, ou se colocam ao dispor de cirurgiões plásticos. O corpo pós-orgânico almeja, dessa forma, a espetacularização de sua imagem por meio da maximização de sua *performance*. Para Cavalcanti (2005), a idéia de construção de um corpo, com o propósito de inserir-se dentro uma moda, com base na manipulação de materiais inorgânicos, confere a este uma concepção pós-orgânica.

Nessa fantasia de manipulação da realidade em que o corpo passa a fazer parte do próprio mercado, a fragmentação do corpo torna-se a via de acesso para a indústria dos transplantes, pois objetifica a corporeidade, despersonalizando e reitificando o sujeito perante sua matéria. Dono de si, o corpo abandona o sujeito e torna-se um outro lugar indistinto deste.

Com um corpo sem unidade, o sujeito segue sua trilha na angústia de sua mortalidade. Prometendo um elixir, a mídia, ancorada pelos avanços tecnológicos, estabelece um ideal, uma forma de conduta que resultaria na perfeição e na possibilidade de adiar a maturidade e o prolongamento de uma juventude magra e bela.

Em meio à propagação da comunicação pela internet e televisão, observa-se uma mistura na relação entre o mundo eletrônico e a realidade. O mundo virtual configura-se, para Novaes (2005, p.138), “[...] como uma nova camada eletrônica que promove com mais eficiência as relações entre o biológico, o cultural e o cibernético”.

Ser eficiente, possuir uma imagem diferenciada é o que se prega nessa sociedade de impressões. E, no ápice do conceito pós-orgânico, observa-se a incorporação do homem à máquina, em uma relação que Lévy (1996, pp. 26-27), citado por Novaes (2005, p. 139) chamará de “corpo virtual”.

Para esse conceito, Rezende (não divulgado, p. 7) considerará ser o corpo digital aquele “[...] ‘corpo perfeito’ em sua máxima *performance*, pois atingiria o estado de pureza original, já que a imagem não contrai doenças, não envelhece ou morre”. E complementa: “A virtualização do corpo é, portanto, uma invenção estética. É uma forma de banalizar a própria idéia do corpo como objeto a ser concertado, modificado, em um processo de idealização de um modelo de corpo, na atualidade, o ‘corpo perfeito’”.

Na busca da pureza orgânica, o sujeito aliou-se ao mundo digital fornecido pelos computadores e, negando a própria organicidade, embarca na digitalidade estética.

Nesse sentido, para Sibila (2004, p.75),

“Esse modelo digitalizado – e sobretudo, *digitalizante* – hoje extrapola as telas para impregnar os corpos e as subjetividades, pois as imagens assim editadas se convertem em objetos de desejo a serem reproduzidos na própria carne virtualizada”.

Na impossibilidade de criar um corpo perfeito de carne e osso e que possa circular com a flexibilidade, a mobilidade e a velocidade do tempo contemporâneo,

cria-se um corpo de imagens, pois estas, sim, são capazes de construir-se e desconstruir-se continuamente.

A exemplo disso, a ferramenta de edição gráfica PhotoShop, como cirurgia plástica, molda e adapta à corporeidade os padrões de cada época de forma simples e rápida.

Essa nova maneira de interagir e significar o corpo também tem seu reflexo na forma como os sujeitos se vêm relacionando. Nesse sentido, Novaes (2005, p. 138) afirma: “O mundo eletrônico tornou-se uma nova espécie de habitat para o ser humano, e sua estrutura complexa está alterando de maneira dramática as relações sociais contemporâneas”.

Viver na virtualidade das relações, portanto, tem sido a forma como os sujeitos pós-modernos têm interagido. Salas de bate-papo e interatividade digital têm pautado as dinâmicas contemporâneas. Para Novaes (2005, p. 138), citando Le Breton (2001),

“A fascinação pela cibersexualidade [...] é um sintoma de desconfiança em torno do próprio corpo e do outro. É uma maneira de se arbitrar, de não se abrir e de viver uma sexualidade higiênica, com muita potência, mas essencialmente solitária, sem o rosto do outro”.

Como alternativa aos que não estão adequados ao padrão estético estabelecido, a virtualidade funciona como o local em que corpo imperfeito, no mundo orgânico, transforma-se em puro, perfeito e, dessa maneira, passa a existir.

Adaptar-se a norma: esta é a premissa que conduz o discurso contemporâneo. Entretanto, que espaço pode ocupar o sujeito que “viola” as regras e não se sujeita ao imperativo da boa forma?

2.2 A saúde psíquica diante das tendências dominantes da pós-modernidade

*Roberto corta essa
Pois lugar de dragão
É na caverna
Jorge Ben Jor*

Como no trecho da letra da música de Jorge Ben Jor, a “caverna” é o destino daqueles que estão em desacordo com o padrão e o ideal de beleza, porque são considerados “dragões”. Como criatura aterrorizante, um “dragão” deve enclausurar-se na periferia dos que ditam a norma, pois fracassou no objetivo de assegurar uma imagem não contrastante com o modelo de boa forma, de juventude e beleza. Como produto comercializável, um corpo esteticamente inapropriado perde seu valor dentro do exibicionismo social, pois não serve mais como moeda de troca.

A imagem que desconstrói o discurso modelador transgride a fantasia do mundo idealizado pela mídia e assume a carnalidade e a materialidade, consideradas inquietantes e abomináveis. Colocando esta imagem aos olhos da sociedade, este corpo, em sua forma puramente biológica, traz à superfície a transitoriedade de um ser mortal, aspecto camuflado pela indústria dos cosméticos, das cirurgias plásticas, da atividade física.

Isolados, excluídos da norma corporal e psíquica dominante, aos desviantes atribui-se a impossibilidade de aceitação social. É a aparência trazendo à tona a superficialidade das relações, à medida que ela vale mais que outro valor pessoal. Diante dessa imponente realidade, muitos sujeitos vêem-se sós e com a saúde psíquica comprometida.

Estigmatizado, ou seja, possuindo “[...] um atributo que o torna (o estranho) diferente dos outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído”

(Goffman, 1963, p. 12, apud Vasconcelos; Sudo & Sudo, 2004, p. 76), o corpo despadronizado é capa de revistas e jornais e ganha visibilidade em vários programas televisivos como um “acontecimento” social. (Luz, 1986, apud Vasconcelos; Sudo & Sudo, 2004).

Sempre em discurso que os posiciona como infratores da saúde, os sujeitos de corpo despadronizado são fadados ao insucesso profissional e amoroso. Faltaram-lhes autocontrole: “É a idéia de contenção, seja no modo do agir, no comportar-se ou no controlar-se, o excesso é visto como risco à saúde” (Vasconcelos; Sudo & Sudo, 2004, p. 84, citando Luz, 2003).

Assumindo uma característica moral, o corpo esteticamente magro e sem imperfeições garante ao seu escultor um valor social de sucesso, porque este soube gerenciar a sua imagem. Isso gera, acima de tudo, uma mensagem de êxito, de poder, pois sua empresa humana apresenta um produto admirável e diferenciado dentro de uma sociedade pautada no individualismo e na efemeridade das transformações socioculturais.

Contudo, a imagem é algo *dessubjetivante*, inibe as verdadeiras necessidades do indivíduo em prol do cumprimento de meras normas. É nessa prisão de uma postura passiva perante a vida, em que o sujeito pós-moderno orienta-se por um determinismo externo, que sua saúde psíquica se encontra muito prejudicada.

Entender a simbologia corporal torna-se relevante para a compreensão do crescente espaço que os comportamentos compulsivos têm adquirido na mídia, à medida que apontam para um sujeito que tem sido incapaz de gerir a própria estética corporal (Vaz, 1997).

O cenário contemporâneo é das obsessões, da depressão, do ataque de pânico, entre outros transtornos. Essa realidade, que aponta para o sujeito a obrigação de

referenciar-se e de se apoiar em suas próprias experiências, cada vez mais se torna inconsistente e frágil, ancoradas na volatilidade de discursos simbólicos. Autocentrar-se no corpo, dessa maneira, torna o sujeito pós-moderno presente e possuidor de uma existência centrada na aparência. Instaura-se, portanto, “(...) a hegemonia da aparência” (Birman, 1999, p. 167, apud Oliveira, 2006, p. 53).

Lipofóbico, o sujeito contemporâneo luta diariamente contra o fim de sua gordura corporal e utiliza de todos os procedimentos capazes de oferecer à sua imagem uma aparência ideal.

Como um grande mal-estar, o sofrimento pós-moderno, para Birman (2003), está não mais na disputa entre os desejos e impulsos e a culpa moral, e sim no corpo e na ação. Na visão de Vaz e Pombo (2008, p. 7) citando Ehrenberg (2000, p.161), estaríamos sob a égide da *performance*:

“Embora possamos ser tudo o que desejarmos, jamais somos tudo o que desejamos: nem tudo é possível. Ao invés de nos culparmos pelo que desejamos, atormentamo-nos no vazio incessantemente escavado entre o que somos e nosso ideal de ser, vazio que retira o sentido de qualquer conquista, vazio que torna insuportável qualquer decepção ou fracasso, vazio que aproxima a vida dessa ausência de ser que é a morte”.

Fantasirosa, a realidade ocupa-se em fomentar a novidade irresistivelmente sedutora e, buscando navegar neste mar “metafórmico”, o sujeito, desorientado, investe obsessivamente na busca por uma “bússola” que lhe mostre um norte, um caminho que lhe retire a angústia de estar só.

Para tanto, é no corpo e com o corpo que buscamos dar fim a esse vazio e a essa solidão inquietante. Impotente, o sujeito carece de experiência própria, de vivência corporal que desafie e mostre seus limites dentro de sua fragmentação. Contudo, o discurso é de insatisfação: devemos querer sempre mais, pois a máquina do consumo nunca pode parar. É na angústia em não possuir referentes, uma estrutura em que se

apoiar, que a vida do sujeito pode vir a paralisar e a deprimir-se. Seria a depressão a vitória dessa opressão sobre um sujeito que desiste de se adequar?

Para Oliveira (2006, p. 71), citando Ehrenberg (2000),

“Se não conseguimos conduzir nossa charrete no caminho almejado e reconhecido (material, profissional, social, etc.), o sentimento de insuficiência torna-se implacável, trazendo apatia, desânimo e fadiga, esgotando o sujeito e tornando-o incapaz de agir. A depressão, assim, configura-se como a patologia da insuficiência individual frente às exigências pós-modernas”.

Logo, a ação do sujeito torna-se limitada e suspensa, assim como o pânico, que, para Birman (2003), expressa-se por um corpo paralisado diante da preeminência da morte. No ataque de pânico, para Birman (2003) citado por Oliveira (2006), somos solapados por uma descarga de emoções que trazem o sentimento de quebra e desamparo para com nossas relações mediadoras.

Ameaças simbólicas, portanto, fazem dos indivíduos não mais sujeitos de suas vidas, porque elas invadem e trazem à tona as incertezas e inquietações de um sujeito fluído, sozinho em meio à imensidão de alternativas da realidade.

As compulsões, por outro lado, tem sua expressão na ação. Para Birman (2003, p. 3), “A compulsão, com efeito, é uma forma perturbada de ação, na qual o sujeito não consegue mais regular os seus impulsos, que se descarregam como atos rudes e que se voltam até mesmo contra a própria autoconservação do corpo”. Bulimia, anorexia e as toxicomanias são exemplos deste transtorno que, para Santiago (2001), citado por Oliveira (2006, p. 68), traduz-se como tentativa de manipulação objectal, em que a droga ou o alimento obscurece a falta do outro, agora assumido pelo modelo idealizado.

Obcecado, o sujeito contemporâneo busca o que perdeu: a referência de um outro que lhe garanta a segurança, a consistência e a estabilidade em seguir a sua caminhada. Perdido no espaço e no tempo, tentando acompanhar a velocidade das transformações, este sujeito se lança na possibilidade das drogas, na modelagem de seu

corpo ou em comportamentos compulsivos que abalam a tênue linha que separa a saúde do adoecimento psíquico.

Sempre com uma resposta à altura da demanda, o mercado, desejoso em assegurar as sólidas bases de um discurso consumista, busca normalizar e restabelecer o espetáculo da realidade por meio da produção incessante de novos medicamentos. Ultimamente, há solução para tudo enquanto houver retorno financeiro. Buscam-se o fim da sensação de vazio e a retomada da sensação de insatisfação, pois esta leva à ação consumista, enquanto aquela leva à apatia da incerteza.

Portanto, a efemeridade e o mal-estar convivem com a sociedade pós-moderna como sofrimento, pois esta “[...] é uma experiência essencialmente alteritária” (Birman, 2003, p. 5), ou seja, precede um outro e, dessa forma, fomenta a indústria da saúde, enquanto na dor vive-se a experiência da passividade, não existindo espaço para a presença do outro.

Dessa forma, a realidade pós-moderna manipula sensações. Somos levados a sofrer até o limite aceitável e lucrativo para a indústria do consumo, assim como somos instruídos a gozar de determinadas coisas e a repudiar outras. A eleição do corpo como instrumento de sensações está atrelada ao que Oliveira (2006, p. 65) chama de “moral das sensações”, pela qual somos levados a sentir e a degustar o mundo com base em valor construído pela mídia para o consumo.

Portanto, paradoxalmente ao mundo da fome e da escassez de alimentos, as estatísticas mostram-nos o crescente aumento do número de obesos, em uma sociedade que mistura o discurso de magreza e simetria como ideais com o consumismo calórico dos impérios de *fast-food*. São as sensações, as fantasias, os desejos e as necessidades sendo manipulados constantemente.

É no endosso às possibilidades de diferentes modalidades de prazer do corpo que o mercado e a lógica consumista atribuem ao outro a indiferença de ser apenas uma via para o gozo. No império dos sentidos, nega-se, portanto, a alteridade. Contudo, o que realmente estamos a consumir? Que sentido buscamos preencher? Qual necessidade está em pauta?

CAPÍTULO 3

A CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE COMO POSSIBILIDADE DE SAÚDE

Viver nesta realidade denominada pós-moderna requer dos sujeitos a escolha correta entre as inúmeras possibilidades de simbologias, comportamento este imerso nas práticas de consumo. Revestir-se de imagem sedutora ao olhar o alheio é fazer crer em nossa existência com base no que temos, não no que somos.

Comprometedor da saúde psíquica, este caráter objetivista, que interpela a relação dos sujeitos consigo mesmos e com o mundo, muito mascara e naturaliza, de acordo com Foucault (1984), citado por Leite & Dimenstein (2002), o poder disciplinar da sociedade capitalista. Esta, pautada em uma lógica científica do saber, nega a perspectiva histórico-cultural de um sujeito subjetivo possuidor de caráter ativo perante a realidade, priorizando o aspecto objetivo, neutro e previsível do conhecimento, o que impossibilita os sujeitos de serem agentes de seu desenvolvimento (NEUBERN, 2001).

Produtor de subjetividades, o projeto capitalista inseriu no imaginário social a referência de que somente adquirindo o novo estaríamos aptos a viver uma vida auto-realizada, ao mesmo tempo que reforça o discurso de que somente consumindo estaríamos preservando nossa autonomia e liberdade, garantindo nossa cidadania. Contudo, ser cidadão não é apenas consumir, mas comprometimento e cooperação, de maneira que se respeite o espaço do próximo, assim como o próprio. No entanto, essa lógica perde sentido dentro do discurso individualista, de responsabilização do sujeito, que, por muito tempo, serviu de base para a produção de conhecimento sobre este mesmo sujeito, em uma lógica ordenada a apenas uma visão naturalizada e generalizada de homem e seus processos.

Para Leite e Dimenstein (2002, p. 20-21), citando Guattari e Rolnik (1986, p.26), o capitalismo é produtor de subjetividades à medida que oferece: “uma modelização que diz respeito aos comportamentos, à sensibilidade, à percepção, à memória, às relações sociais, às relações sexuais, aos fantasmas imaginários, etc.”. No entanto,

O que é produzido pela subjetividade capitalista, o que nos chega por meio da mídia, da família, enfim de todos os equipamentos que estão a volta, não são apenas idéias; não é a transmissão de significados mediante de enunciados significantes; nem são modelos de identidade ou identificação com pólos maternos, paternos, etc. São, mais essencialmente, sistema de conexão direta, entre, de um lado, as grandes máquinas produtoras e de controle social, e, de outro, as instâncias psíquicas, a forma de perceber o mundo (Guattari, 1996, p. 67, apud González Rey, 2003, p. 113).

Dessa maneira, é na forma como o sujeito percebe o mundo que o capitalismo intervém, fomentando subjetividades pautadas na homogeneidade de uma realidade mecanicista. O que se busca é a constante dependência dos sujeitos por modelos e formas de viver, em uma forma unidimensionalizada de pensar e de se relacionar, que despreza as múltiplas associações subjetivas que configuram as necessidades humanas.

A exclusão do pensar subjetivo, portanto, em muito esteve associada a uma tentativa de padronizar pessoas e de reforçar uma visão unilateral da realidade. O estudo e a compreensão do pensamento subjetivo baseado em uma visão dialógica entre o sujeito e o social, portanto, vão de encontro com os critérios de fazer ciência, porque tornam a visão individualista e objetivista insuficiente para explicar toda a processualidade de um problema.

Para Neubern (2001, p. 8), citando Neubern (1999), a perspectiva individualista de acordo com um caráter epistemológico, que, no entanto, revela seus aspectos sociais, consiste:

[...] em um artifício poderoso de exclusão da subjetividade por não considerar a diversidade de processos de subjetivação envolvidos na construção do problema. Ao se firmar a noção de que o problema está determinado na estrutura individual, perde-se uma dimensão fundamental na consideração da subjetividade: a construção do

problema que está vinculada aos múltiplos sistemas subjetivos que se organizam em torno dele.

Viver sob a égide da objetividade e do determinismo, dessa forma, garante à indústria do consumo o espaço que preenche o vazio de viver em uma realidade carente de suportes reflexivos, de alteridade e pautada na superfície das imagens, pois mantém o controle social que lhe propicia a manutenção dessa realidade. Ou seja, aprisionar o sujeito na objetividade de uma imagem corporal é torná-lo refém de modelos que mascaram a suas reais necessidades. Faz dos sujeitos meros reprodutores de uma forma de viver, condicionados e subjetivados de maneira a produzir formações discursivas ausentes de questionamentos e cujo silêncio remete à incapacidade em fazer juízo de valor da realidade em que vive.

Negar uma realidade interna, individual, em congruência com uma realidade social é fazer dos sujeitos meros reprodutores de realidades preestabelecidas. É na tentativa de desconstrução desses determinismos de realidades preestabelecidas que González Rey (2007) nos diz sobre o giro complexo, como nova forma de representar o mundo, à medida que integra espaço social ao individual, sem deixar de considerá-los como espaços ontológicos diferentes. Configura-se como uma visão cultural que conduz a uma dimensão complexa, sistêmica, dialógica e dialética da psique (2003), em que se insere a teoria da subjetividade.

A subjetividade, nas palavras de Gonzalez Rey (2003, p.108), citado por Gomes e González Rey (2008, p. 3), é definida “[...] como a organização dos processos de sentido e significação que aparecem e se organizam de diferentes formas e em diferentes níveis do sujeito e na personalidade, assim como nos diferentes espaços sociais em que o sujeito atua”. O diálogo entre o espaço individual e o social contribui para uma perspectiva processual de compreensão do sujeito, em que se torna possível entender toda uma dinâmica, em que estar só, ausente de verdadeiras relações de

intimidade, garante a mobilidade para acompanhar a fluidez de uma sociedade que, cada vez mais, exige uma mentalidade destravada, imediatista e sem história.

Para González Rey, o termo subjetividade traz aos eventos da experiência o aspecto complexo da combinação de recursos subjetivos do sujeito e da cultura, agregados a uma condição objetiva da vida. Desta forma, “A expressão de uma pessoa não é um ato individual, mas sim, a expressão do conjunto de efeitos sociais que historicamente definiram a qualidade de uma vida humana” (2007, p. 259).

Dessa forma, na expressão, os sujeitos deixam transparecer seus sentidos subjetivos, ou seja, toda uma combinação de emoções e processos simbólicos construídos historicamente que revelam a singularidade de um sujeito. Instituir aos sujeitos a capacidade em configurar sentidos denota seu papel ativo perante as exigências externas, uma vez que os sentidos não se constituem em uma correspondência linear e padronizada, e, sim, distinta e versátil (Tacca & González Rey, 2008).

Assim como o sujeito, a sua saúde passa a ser encarada como um processo, assumindo uma visão histórica, complexa e multidimensional. O conceito de saúde, dessa forma, modifica-se de um modelo semiológico descritivo, que garante a manutenção da organização socioeconômica capitalista, para uma definição que transcende o caráter individual, acrescentando-lhe o social como definidores das potencialidades dos indivíduos perante seu modo de vida (González Rey, 2004).

Dessa maneira, a saúde passa a ser definida como: “[...] um funcionamento integral que aumenta e otimiza os recursos do organismo para diminuir sua vulnerabilidade aos diferentes agentes e processos causadores da doença (González Rey, 2004, p.3). Sendo assim, a saúde caracterizar-se-á pela reação diferenciada para os

inúmeros agentes externos, ou seja, pela capacidade de o sujeito produzir sentidos subjetivos coerentes com suas necessidades.

No entanto, percebe-se que a organização dos processos subjetivos na sociedade pós-moderna tende à paralisação, porque a capacidade de singularização e de posicionamento ativo perante os conflitos se encontra suprimida pela hegemonia dos discursos padronizadores. “Mergulhado” nesse único sentido de pensamento e, dessa forma, “cego” perante outras possibilidades e sentidos, o sujeito contemporâneo passa a ser governado por mecanismos de valorização social e perde sua integridade como sujeito livre e possuidor de raciocínio crítico para negar ou recriar os esquemas culturais. Dessa maneira, o sujeito possui “[...] uma subjetividade desligada do corpo sensível, anestesiada a seus estranhamentos, sem qualquer liberdade de criação e sentido, totalmente destituída de singularidade” (Rolnik, 1998, p. 14).

Como se busca, cada vez mais, uma *performance* inovadora, existe como alicerce a metáfora da imagem que, apesar de proporcionar todo um estímulo visual associado ao prestígio e à inserção social, aprisiona o sujeito somente a essa forma de “existir”, criando-se uma barreira para o contato e a experiência humana do compartilhar. Portanto, desumanizante, o imperativo da imagem contemporânea carrega a sensação de sucesso ao sujeito, manipulada dentro da ótica do mercado, mas lhe tira a possibilidade de enxergar e se remeter ao outro.

Nesse sentido, legitimar essa realidade é desrespeitar as necessidades básicas dos sujeitos, o que compromete o processo subjetivo de produção de sentidos e, por consequência, a saúde. Necessidade entendida como “[...] o estado afetivo que aparece pela integração de um conjunto de emoções de diferentes procedências no curso de uma relação ou de uma atividade realizada pelo sujeito” (González Rey, 2003, p. 245-246).

A produção de sentido, dessa forma, tem por base um sujeito com interesses e necessidades associadas ao contexto em que atua e com sua respectiva história. Portanto, tanto o sujeito quanto os vários espaços sociais constituídos são produtores de sentido, porque legitimam uma realidade com referência ao sentido, e não a um condicionante social (González Rey, 2003).

Dai o caráter singular que o estudo da subjetividade garante aos sujeitos, pois sua posição racional articulada à sua historicidade e a valores fomentarão emoções únicas. E a saúde perpassa, exatamente, pela capacidade de o sujeito ser singular e diferenciado, ou seja, é capaz de produzir sentidos subjetivos. Essa posição ativa, portanto, articula-se em meio à possibilidade de ser criativo e de responder a partir de sua autodeterminação. Dessa forma,

“O caráter ativo do processo de saúde significa que esta se encontra em constante desenvolvimento, que não representa uma qualidade absolutamente definida na natureza do homem, mas sim um processo que se define na integração e desintegração constantes de uma multiplicidade de estados dinâmicos e de processos gerados em diferentes níveis da constituição individual — os quais são afetados, mediante diversas vias, por elementos climáticos, geográficos, físicos, culturais, sociais, subjetivos, dentre outros aspectos, todos eles constitutivos da ecologia natural e social em que o homem se insere” (González Rey, 2004, p.9)

De acordo com essa perspectiva, a saúde de um sujeito passa não somente pela falta de enfermidade, mas, conforme suas possibilidades, pela criação e vivência de formas alternativas de vivenciar seu tempo e suas relações sociais.

Nesse sentido, Pereira (2007, p. 3), citando Frankl (1991, p. 18), diz ser a ética contemporânea a responsável por grande parte dos insucessos humanos, à medida que ela reforça um caráter individualista e “ensimesmado” de prazer. Para este autor,

“[...] o homem só se torna homem e só é completamente ele mesmo quando fica absorvido pela dedicação a uma tarefa, quando se esquece de si mesmo no serviço a uma causa, ou no amor a uma outra pessoa. É como olho, que só pode cumprir sua função de ver o mundo enquanto não vê a si próprio”.

Dessa forma, imersos no consumo estético, os sujeitos contemporâneos, com a visão voltada para si, tornam-se cegos e alienados, à medida que não conseguem enxergar sua própria existência dentro desse contexto. Sendo assim, tornam-se incapazes de ter acesso às próprias necessidades, pois não compreendem nem mesmo suas carências.

A possibilidade de saúde, dessa forma, encontra-se, primeiramente, na percepção do espetáculo em que estão inseridos e que causa tamanho mal-estar. Nessa posição menos passiva de se relacionar com o mundo, as próprias necessidades emergirão, à medida que uma demanda se articulará a um sofrimento. Sendo recuperada a capacidade de sentir, de gritar por ajuda, o sujeito passará a perceber não somente seu próprio corpo, mas o outro. Com base em relações afetivas em que a comunicação prevaleça como forma de posicionamento para a reivindicação das necessidades autênticas do sujeito, preservar-se-á a segurança para a criatividade e para uma orientação volitiva em sua relação com o mundo. Portanto, a saúde compreende percepção diferente da realidade, uma nova forma de sentir o mundo e, por consequência, a si mesmo.

CONCLUSÃO

Tendo em vista as considerações acerca do sentido de corpo na sociedade pós-moderna, é proposta deste trabalho fazer despertar em seus leitores uma consciência mais ampla no referente às práticas associadas ao corpo, sem, no entanto, esgotar as reflexões sobre as mudanças institucionais e socioeconômicas que, diretamente, atravessam a subjetividade dos sujeitos contemporâneos.

Ter uma visão mais crítica dessa realidade, que, diferentemente das antigas formas de repreensão, possui mecanismos sutis de controle social, é ter a possibilidade de compreender o paradoxo de se viver contemporaneamente. Isso ocorre, pois, ao mesmo tempo que o discurso remete à liberdade de escolher o melhor para si como forma de felicidade e saúde psíquica, fomenta subjetividades individualistas e auto-suficientes, colocando os sujeitos como os únicos responsáveis por seus fracassos e insucessos.

Neste sentido, Ehrenberg (1998) citado por Carreteiro e Farah (2002), coloca o sujeito pós-moderno como o possuidor de um contínuo grau de insuficiência, à medida que a narrativa contemporânea se orienta por valores como superação, flexibilidade e competência criativa. Essa sensação de incompletude, portanto, fomenta o consumo pós-moderno que, muito pautado na imagem e na sensação visual, elege o corpo como a identidade de um sujeito espetáculo, pois estar na imagem preenche o vazio da falta de reconhecimento, trazendo o outro para mais próximo, mas com a precaução da distância do olhar.

O declínio da alteridade, portanto, pode ser visualizada na fábula de Schopenhauer, em que Freud, citado em Carreteiro e Farah (2002), relata a história dos porcos-espinhos, pela qual a aproximação mútua tem o objetivo de aquecimento, no

entanto, por essa aproximação, eles machucam-se e tendem a se afastar. Ou seja, a necessidade de afeto e troca emocional com outrem é essencial, no entanto, tem encontrado um obstáculo, que, no contexto atual, tem sido vivenciada pela imagem, por um corpo que precisa ser maior e ter mais prestígio. Submeter-se ao compromisso e a um vínculo de intimidade na contemporaneidade exige grande dificuldade por ser um processo complexo e pouco imediato, ou seja, de difícil consumo.

Como fotografia, o sujeito contemporâneo, portanto, é aquele que mantém seus laços sociais e dialoga com a sociedade por meio de sua imagem corporal, daí a necessidade de *performance*, de mostrar-se, pois, no espetáculo da sociedade, “vence” quem faz prevalecer sua aparência. Mas não é qualquer aparência, eis que esta deve remeter à saúde, à boa forma, à simetria. Assim, a ritualização do corpo, a “corpolatria” (Rezende, não publicado), configura-se como o uso de todos os recursos possíveis para que a juventude, a pele bronzeada, os cabelos lisos e a barriga sem gordura sobressaltem à sujeira da carne e à sua mortalidade. A busca da pureza ou de um corpo digital, nesse sentido, remete à fantasia da realidade eletrônica, que muito se confunde com o real.

Essa confusão, Baudrillard (1997), citado por Fridman (1999), denomina-a de “simulacro”, ou seja, a realidade das sensações, na qual se tem a sensação, não a experiência verdadeira. Estar “mergulhado” nessa ilusão é estar apto a enxergar somente sob uma perspectiva, em um único sentido, que transforma a todos em cegos. Nesse vazio de se viver uma grande mentira, o fracasso e a decepção tornam-se companheiros de um sujeito desorientado e que, freqüentemente, deprime-se na angústia de estar só.

Essa realidade que fomenta esse tipo de sentimento produz subjetividades, alterando a percepção dos sujeitos sobre si mesmos e sobre o mundo. Para Guatarri (1996), citado por González Rey (2003), na pós-modernidade impera a produção de “subjetividades capitalísticas”, que, forjado dentro de uma cultura estética de consumo,

faz do corpo “a metáfora da subjetividade” (Carreteiro & Farah, 2002, citando Carreteiro, 2002). Dessa forma, é na prisão de seu corpo que o sujeito sente o mal-estar, pois não tem subsídios para encontrar uma saída, porque existe a ausência “[...] de condições simbólicas para que o sofrimento e as necessidades subjetivas possam interrogar o sujeito” (Villari, 2004, p. 2). Essa é a realidade em que, pela falta de referências simbólicas, a subjetividade do sujeito contemporâneo é atingida pelo impacto das contínuas e rápidas transformações e o sujeito torna-se incapaz de elaborá-la e de transformar uma necessidade em demanda, característica de um sujeito ativo.

Ser ativo é construir uma percepção real desse mal-estar e demandar mudanças. Essa capacidade volitiva de atuação sobre a realidade, portanto, basear-se-á na possibilidade de o sujeito ser criativo e produzir novos sentidos subjetivos. Assim, o sujeito encontrará a possibilidade de saúde, pois voltará a enxergar as suas necessidades, assim como as dos outros, de forma a ativamente restabelecer vínculos autênticos de afeto e passará não somente a produzir suas ações dentro da lógica da imagem competitiva que alicerça os mecanismos de valorização social pós-modernos (González Rey, 2003).

Contudo, como relata Oliveira (2006, p. 89), citando Roudinesco (2000), “[...] há uma tentativa de distanciar o homem de qualquer conflito, evitando-se a luta com o mundo”. Diante dessa afirmativa, justifica-se o esforço em produzir reflexões não somente em relação à temática do uso do corpo na contemporaneidade, mas no que concerne a todas as outras modalidades de individualismos. Estes que conduzem os sujeitos a formas de atuação centradas em si, renegando outros valores e o convívio social, pois são formas de agir e pensar que não levam ao singularismo e à valorização das reais necessidades dos sujeitos. Ao contrário, essas formas levam à normalização, ou ao que Ferraz (2002), citado por Oliveira (2006, p. 91), denomina de “normopatia”,

entendida como a forma pela qual os sujeitos, tão ávidos por adaptação, normalizam todas as contradições e conflitos que vivenciam nessa realidade. Realidade tão propulsora de mal-estar e angústia por exigir de seus “moradores” a constante procura de um novo lugar para aquietar sua insatisfação de sempre estar incompleto na imagem.

Portanto, a contribuição deste trabalho está em oferecer um sentido alternativo para a compreensão da fluidez do contexto contemporâneo, de forma a fornecer subsídios para uma visão crítica acerca do consumismo estético, que muito violenta e desrespeita as configurações de saúde dos sujeitos pós-modernos.

Referência Bibliográfica

Bauman, Z. (1998). *O Mal-estar da Pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Birman, J. (2003). Dor e sofrimento num mundo sem mediação.

Bragaglia, A. P. (não publicado). A sociedade das imagens e seus modelos de subjetividade. *Semiosfera*, 8, 1-16.

Carreteiro, T. C.; Farah, B. L. (2002). Reality-shows, exclusão social e instantaneidade: os riscos do esquecimento. *Psicologia em revista*, 8, 12, 24-31.

Cavalcanti, D. R. M. (2005). O surgimento do conceito “corpo”: implicações da modernidade e do individualismo. *Caos – revista eletrônica de ciências sociais*, 9, 53-60.

Evangelista, J. E. (2001). Elementos para uma crítica da cultura pós-moderna. *Novos rumos*, 16, 34, 29-40.

Featherstone, M. (1995). *Cultura de consumo e pós-modernismo*. São Paulo: Studio Nobel.

Fridman, L.C. (1999). Pós-modernidade: sociedade da imagem e sociedade do conhecimento. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, 6, 2, 1-16.

Gomes, C.; González Rey, F. (2008). Psicologia e inclusão: aspectos subjetivos de um aluno portador de deficiência mental. *Rev. bras. educ. espec.*, 14,1, 53-62.

Harvey, D. (1998). *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola.

Le Breton, D. (2006). *A sociologia do corpo*. Rio de Janeiro: Vozes.

Leite, J.F. & Dimenstein, M (2002). Mal estar na psicologia: a insurreição da subjetividade. *Revista mal estar na subjetividade*, 2, 2, 9-26.

Lima, S. L. R. (2006). A problemática do sujeito no pensamento contemporâneo. *In Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social*, 5, 3, 1-17.

Lipovetsky, G. (2007). *Felicidade paradoxal*. São Paulo: Schwarcz LTDA.

Mancebo, D. (2002). Modernidade e produção de subjetividades: breve percurso histórico. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 22, 1, 1-14.

Martins, S. (2008). Contemporaneidade: uma psicopatía americana? *Psicologia em estudo*, 13, 1, 1-9.

Neubern, M.S. (2001). Três obstáculos epistemológicos para o reconhecimento da subjetividade na psicologia clínica. *Psicologia: reflexão e crítica*, 14, 1, 241-252.

Novaes, V. S. (2005). Controle do corpo e consumo tecnológico: David Le Breton e as críticas acerca das transformações do corpo na sociedade contemporânea. *ANALECTA*, 6, 1, 131-143.

Oliveira, A. V. (2006). Pós-modernidade e sofrimento psíquico: análise feita a partir de depoimentos de psicólogos clínicos. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Ortega, F. (2005). Corpo e tecnologias de visualização médica: entre a fragmentação na cultura do espetáculo e a fenomenologia do corpo vivido. *PHYSIS: rev. Saúde coletiva*, 15, 1, 237-257.

Pereira, I. S. (2007). A vontade de sentido na obra de Viktor Frankl. *Psicologia USP*, 18, 1, 1-10.

Petrini, J. C. (2005). Mudanças sociais e familiares na atualidade: reflexões à luz da história atual e da sociologia. *Memorandum*, 8, 20-37.

Plantamura, V. (não publicado). Modernidade e pós-modernidade: pela renovação do projeto de humanização.

González Rey, F. (2003). *Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

González Rey, F. (2004). *Personalidade, saúde e modo de vida*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

González Rey, F. (2007). *Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade*. São Paulo: Pioneira Thomson Learnig.

Rezende, R. (não publicado). O corpo digital como corpo duplo: a tecnologia purificando as formas. 1-15.

Rolnik, S. (1998). Subjetividade antropofágica. 128-147.

Sibila, P. (2004). O pavor da carne: riscos da pureza e do sacrifício no corpo-imagem contemporâneo. *Revista famegos*, 25, 1-16.

Silva, T. V. (não publicado). Considerações sobre o suicídio em tempos pós-modernos. 1-7.

Vasconcelos, N. A.; Sudo, I.; Sudo, N. (2004). Um peso na alma: o corpo gordo e a mídia. *Revista mal estar e subjetividade*, 4, 1, 65-93.

Vaz, P. (1997). O corpo-propriedade. 1-13.

Vaz, P.; Pombo, M. (2008). Sofrimento psíquico, mídia e produção de subjetividade: elaboração de um nexos causal.

Villari, R. A. (2004). Da necessidade à demanda: produzindo sujeitos. *Psicologia: ciência e profissão*, 24, 4, 22-29.

Tacca, M. C. V. R.; González Rey, F. (2008). Produção de sentido subjetivo: as singularidades dos alunos no processo de aprender. *Psicologia: ciência e profissão*, 28, 1, 138-161.

Tavares, F. (2004). O consumo na pós-modernidade: uma perspectiva psicossociológica. *Comum*, 9, 22, 122-143.